STJ00080934

Sumário

Plano da Obra VII
Prefácio à 14.ª Edição IX
Prefácio à 13.ª Edição XI
Prefácio à 7.ª Edição XIII
Prefácio à 4.ª Edição XV
Introdução XVII

Capítulo I
DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito positivo e Ciência do Direito 1
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista .. 4
3. Texto de direito positivo e norma jurídica 8
4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito 10
5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito 12
6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia 13
7. Outras denominações da disciplina 17

Capítulo II
TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo "tributo" 19

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. A definição do art. 3.º do Código Tributário Nacional .. 24
3. Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo 27
4. O art. 4.º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação 29
5. Empréstimo compulsório 31
6. O imposto como tributo não-vinculado à atuação do Estado 34
7. Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia 38
8. Contribuição de melhoria 41
9. Das contribuições 42

Capítulo III

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes do direito 47
2. Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito 54
3. A doutrina 56
4. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários 57
5. Instrumentos primários 59
6. Instrumentos secundários 75
7. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional 78

Capítulo IV

VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas 81

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. A questão da vigência 84
3. A vigência das normas tributárias no tempo 87
4. A vigência das normas tributárias no espaço 88
5. Vigência e aplicação das normas jurídicas 89
6. Aplicação das normas tributárias 91
7. A aplicação das normas tributárias e a retroatividade 94
8. Métodos de interpretação do direito — a interpretação sistemática 95
9. A interpretação do direito como um sistema de linguagem 99
10. O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Nacional 102
11. O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso 109
12. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade 134

Capítulo V

SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Noção de sistema 136
2. Classificação dos sistemas 139
3. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem 141
4. Direito positivo: ordenamento ou sistema? 145
5. Realidades sociais intra-sistêmicas e a teoria autopoiética do direito 147
6. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser 152
7. Regras de comportamento e regras de estrutura 154
8. Sistema constitucional brasileiro 155
9. O subsistema constitucional tributário 156

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10. Princípios constitucionais gerais 158
11. Princípios constitucionais tributários 173

Capítulo VI

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1. A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica 187
2. Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica 201
3. Paralelo entre imunidade e isenção 204
4. A imunidade recíproca 206
5. A imunidade dos templos de qualquer culto 207
6. A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais 208
7. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão 209
8. Outras hipóteses de imunidade 210
9. Imunidades de taxas e de contribuições 212

Capítulo VII

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A Lei n. 5.172/66, em face da Constituição de 1988 . 214
2. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional 215
3. Breve escorço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1.º, da Carta de 1967 218
4. A previsão do art. 146 da Constituição vigente 223
5. O tema da hierarquia da lei complementar 225
6. Hierarquia formal e hierarquia material 228
7. Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de direito tributário 230
8. Conclusões 232

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo VIII
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Competência tributária e capacidade tributária ativa . 234
2. Sobre as características da competência tributária 238
3. Competência residual e extraordinária 246
4. Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional 249
5. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade 254
6. Exercício da competência — a edição das normas tributárias 259
7. Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita 260
8. A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e conseqüência 262

Capítulo IX
A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Delimitação do conteúdo de "fato puro", "fato contábil" e "fato jurídico" 265
2. O caráter exclusivamente jurídico do chamado "fato gerador" 275
3. A expressão equívoca "fato gerador" 275
4. Hipótese tributária e fato jurídico tributário 278
5. A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência 279
6. Hipótese — sua integridade conceptual — fatos jurídicos tributários simples e complexos 283
7. Os critérios da hipótese: material, espacial e temporal 286
8. Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência 299

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional 304

Capítulo X

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. O CONSEQÜENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1. A conseqüência ou "prescritor" da norma tributária — seus critérios 315
2. Relação jurídica e relações jurídicas tributárias 317
3. A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais 322
4. A obrigação tributária no Código Tributário Nacional 325
5. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo 331
6. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo 335
7. Sujeito passivo e domicílio tributário 337
8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias 340
9. Sujeito passivo e solidariedade 348
10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária 352
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária 359
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário 361
13. A alíquota 373

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XI
SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva 376
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos 379
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro 381

Capítulo XII
CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — "fato" como enunciado protocolar — a constituição jurídica do "fato" 389
2. O evento previsto em norma e a chamada "relação jurídica efectual" 395
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional 397
4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação . 399
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional ... 400
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência 403
7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária 405
8. Lançamento tributário — o problema semântico 406
9. Demarcação conceptual do vocábulo "lançamento" .. 412
10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato 420
11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos 425
12. Definição de lançamento tributário 426

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13. As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato 436
14. A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo 439
15. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário 441
16. Sobre o conteúdo do ato de lançamento 445
17. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento 446
18. Lançamento provisório e definitivo 448
19. Lançamento e auto de infração 450
20. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário 453
21. Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro 456
22. Modalidades de lançamento — crítica 462
23. Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional 464
24. A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo 469
25. A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo .. 472

Capítulo XIII

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. A suspensão é da exigibilidade e não do crédito 474
2. As hipóteses do art. 151 da Lei n. 5.172/66 475
3. O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária 476
4. O depósito do montante integral do crédito 481

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário 482
6. A concessão de medida liminar em mandado de segurança 483
7. A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial 484
8. O parcelamento 484

Capítulo XIV

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas 486
2. A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional 488
3. Causas extintivas no Código Tributário Nacional 489
4. Pagamento e pagamento indevido 490
5. Compensação 498
6. Transação 500
7. Remissão 501
8. Decadência 502
9. Prescrição 508
10. Conversão de depósito em renda 512
11. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento 513
12. A consignação em pagamento 514
13. A decisão administrativa irreformável 515
14. A decisão judicial passada em julgado 516
15. A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei 517

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XV
"EXCLUSÃO DO CRÉDITO" TRIBUTÁRIO

1. O significado da "exclusão do crédito" e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional . 519
2. Crítica às teorias sobre a isenção 521
3. Fenomenologia das isenções tributárias 526
4. As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional 535
5. Conceito jurídico de anistia fiscal 538
6. As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia 540
7. Considerações finais 541

Capítulo XVI
INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Direito e coatividade 543
2. Sanção — acepções da palavra 544
3. Algumas palavras sobre a norma secundária 546
4. A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção 550
5. A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante 552
6. Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória 553
7. Espécies de infrações tributárias 554
8. As figuras do "abuso de direito" e da "fraude à lei" no ordenamento jurídico tributário brasileiro 560
9. As infrações no Código Tributário Nacional 564
10. A sanção como conseqüente normativo 574
11. Espécies de sanções tributárias 575

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12. Os excessos sancionatórios 587
13. Responsabilidade dos sucessores 589
14. Responsabilidade de terceiros 594
15. Responsabilidade por infrações 596
16. Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea 597

Capítulo XVII

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Garantias do crédito tributário 604
2. Presunção de fraude na alienação de bens 607
3. Os privilégios do crédito tributário 609
4. O crédito tributário nos processos de falência do devedor 611
5. O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas 613
6. Necessidade de quitação 614

Capítulo XVIII

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A atividade de administração tributária em face da lei .. 616
2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias 617
3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública 621
4. Dívida ativa 624
5. Certidões negativas 626

Bibliografia 629

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br